





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ESTUDOS DEPLAN

Nº 02/2010

Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento
da economia gaúcha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**GOVERNADORA
YEDA RORATO CRUSIUS**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIO: José Alfredo Pezzi Parode

SECRETÁRIO ADJUNTO: Alexandre Alves Porsse

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

DIRETORA: Rejane Maria Alievi

DIRETORA ADJUNTA: Carla Giane Soares da Cunha

EQUIPE EDITORIAL

Antonio Paulo Cargnin

Laurie Fofonka Cunha

Maria Lúcia Leitão de Carvalho

Rubens Soares de Lima

Suzana Beatriz de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

REVISÃO: Maria Lúcia Leitão de Carvalho, Marlise Margô Henrich, Vera Helena da Fonseca

DIAGRAMAÇÃO: Irmgard Penz

CAPA

Marco Antonio Spassal Penha

As opiniões nesta publicação são de exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o posicionamento da SEPLAG.

É permitida a reprodução dos artigos publicados pela revista, desde que citada a fonte. São proibidas as reproduções para fins comerciais.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada para:

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG / DEPLAN

Revista **Estudos DEPLAN**

AV. Borges de Medeiros, 1501 / 9º andar – Porto Alegre, RS – CEP 90119-900

Fone: (51) 3288-1543 – FAX: (51) 3288-1546 Email: deplan@seplag.rs.gov.br

Homepage: www.seplag.rs.gov.br

SISTEMA FINANCEIRO GAÚCHO: SITUAÇÃO E ESPECIFICIDADES

Rejane Maria Alievi*

Carla Giane Soares da Cunha**

A análise sobre o desempenho do setor financeiro gaúcho e suas especificidades integra um conjunto de temas selecionados como relevantes para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul nas próximas décadas. Para subsidiar o estudo do tema Situação e Especificidades do Setor Financeiro Gaúcho foi realizado um *workshop* com o especialista Ricardo Richiniti Hingel. Com base na exposição do palestrante e com informações disponíveis em documentos técnicos e científicos, elaborou-se este documento, contendo uma análise geral do desempenho do setor financeiro gaúcho.

Para analisar as especificidades do sistema financeiro gaúcho e sua importância na economia do Estado, objeto central deste estudo, é importante contextualizar o desempenho recente do sistema financeiro brasileiro. Nesse sentido, resgata-se o período em que ocorreu a reestruturação do sistema financeiro no Brasil, período pós-Plano Real. Com a estabilização da economia, a partir da implantação do Plano Real em 1994, iniciou-se um processo de reestruturação do sistema financeiro nacional. Com a economia estabilizada e a redução das taxas inflacionárias, as instituições financeiras perderam importante percentual de receita, advinda, principalmente, das altas taxas de juros durante um longo período de crises econômicas. Em 1995, a Resolução nº 2.208 criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), cujo objetivo central foi auxiliar na recuperação de instituições financeiras nacionais. Os recursos do PROER foram originados dos depósitos compulsórios provenientes das próprias instituições financeiras do País. O PROER vigorou até o ano de 2001 e, a princípio, foi um mecanismo útil para auxiliar a reestruturação de instituições financeiras fragilizadas financeiramente. Através da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo extinguiu o PROER, tendo em vista que a referida Lei proibia que recursos estatais fossem utilizados para promover o saneamento de instituições financeiras. Devido ao PROER, segundo Bozano Simonsen *apud* Puga, 1999, as instituições financeiras privadas receberam cerca de US\$ 21 bilhões do Governo Federal na forma de títulos do Tesouro Nacional.

Em 1996, o Governo criou o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária e à Privatização de Instituições Financeiras Estaduais (PROES). Esse Programa teve como objetivo promover a reestruturação dos bancos estaduais, reduzindo sua participação no sistema financeiro brasileiro. Em 1996, existiam 35 instituições financeiras estaduais. Destas, 10 foram extintas, 06 foram privatizadas, 07 acabaram sendo federalizadas para serem privatizadas posteriormente e 05 foram reestruturadas com recursos advindos do PROES. Apenas 03 instituições financeiras estaduais não participaram do PROES (PAULA; MARQUES, 2006).

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos títulos emitidos pelo PROES para sanar os problemas financeiros dos bancos estaduais. O BANRISUL encontra-se entre os bancos que mais receberam apoio pelo programa.

Tabela 1 - Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária e à Privatização de Instituições Financeiras Estaduais (PROES) por Estado

Estado	R\$ (em milhões)	Estado	R\$ (em milhões)
Acre	131,07	Paraná	5.197,63
Alagoas	502	Pernambuco	1.244,4
Amapá	28,85	Piauí	145,88
Amazonas	416,92	Rio de Janeiro	3.879,7

* Economista e Diretora do Departamento de Planejamento Governamental (SEPLAG/RS)

** Economista e Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG/RS)

Bahia	1711	Rio Grande do Norte	104,94
Ceará	984,72	Rio Grande do Sul	2.556,15
Espírito Santo	260,36	Rondônia	594,2
Goiás	601,35	Roraima	39,98
Maranhão	359,43	Santa Catarina	2.019,91
Mato Grosso	197,11	São Paulo	36.126,5
Minas Gerais	4.697,19	Sergipe	40,98
Pará	127,41	Total	61.967,68

Fonte: Banco Central, *apud* Gutiérrez, p. 42, 2006.

O processo de reestruturação dos bancos estaduais, via PROES, resultou em significativa redução do número de instituições financeiras estaduais. Esse período de reestruturação também se caracterizou por uma fase de entrada de instituições financeiras estrangeiras, que aumentaram sua participação no total de ativos do sistema financeiro nacional através das privatizações (GUTIÉRREZ, 2006).

Após a reestruturação, que promoveu o saneamento dos bancos brasileiros em 2008/2009, a crise financeira, que se iniciou nos EUA, provocou reflexos no sistema financeiro internacional. Conhecida como crise do *subprime*, atingiu o setor financeiro, em 2008, quando importantes bancos de investimento americanos como, por exemplo, o Bear Stearns, faliram. A crise financeira internacional teve reflexos em todas as economias mundiais, com diferentes graus de intensidade entre os países. No Brasil, a expectativa, no período, era de que a crise americana provocasse um forte abalo no sistema financeiro e, por consequência, na economia como um todo. Porém, o Brasil não sofreu tanto (HINGEL, 2010). Esse fato pode ser explicado em função de a economia brasileira apresentar um baixo coeficiente de abertura, quando comparado com o PIB. Esse fator não permitiu que a economia do País se tornasse muito internacionalizada no período pré-crise, ou seja, nos seis últimos anos que antecederam a crise financeira internacional, a economia brasileira foi mais fechada em termos comerciais. Esse fator, que antes da crise era considerado negativo, acabou sendo uma qualidade em seu auge. Nos seis anos pré-crise, o Brasil, que praticava um baixo grau de abertura econômica, apresentou significativos superávits comerciais derivados do crescimento das exportações. O saldo positivo da Balança Comercial no período permitiu que o País aumentasse gradativamente suas reservas internacionais, que deram maior segurança/estabilidade no momento da crise.

Durante a crise, o Governo adotou duas medidas importantes para amenizar os efeitos negativos do período. No primeiro momento, utilizou uma política anticíclica, reduziu a taxa de juros para estimular a expansão da demanda provocando, dessa forma, um aquecimento na economia. No segundo momento, com a economia aquecida, surgiram pressões inflacionárias. Assim, o Governo acabou recuando da política anticíclica.

1 Sistema Financeiro Gaúcho: especificidades e importância na economia do RS

O sistema financeiro gaúcho também passou por um processo de reestruturação a partir do Plano Real, como ocorreu no sistema nacional. Até 1991, o sistema era composto pelas seguintes instituições: Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE) e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS). Em 1992, o Governo do Estado promoveu ações de modernização do setor público financeiro. O BANRISUL passou a incorporar o BADESUL, DIVERGS e CEE (MOREIRA, 2002). O processo de ajuste, de reorganização do sistema financeiro gaúcho fortaleceu o BANRISUL, tornando-o mais competitivo e dinâmico, com mais racionalidade econômica do que política.

O PROES previa a criação de agências de fomento estaduais e, nessa esteira, em dezembro de 1998, o Banco Central do Brasil concedeu à Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS (CaixaRS) autorização para funcionamento. Em 1999, foram resolvidas pendências técnicas junto ao Banco Central e à Secretaria do Tesouro Nacional, que impediam a liberação de recursos da ordem de R\$ 122 milhões do PROES, devidos pelo Governo Federal em contrato assinado pelo Estado, bem como encaminhadas as questões relacionadas à transferência do patrimônio da extinta Caixa Econômica Estadual. A partir da reestruturação da CaixaRS,

ocorrida em 2003, a Agência de Fomento – passou a administrar os fundos estaduais de desenvolvimento FUNDOPEM e INTEGRAR RS, Pró-Guaíba, RS Rural, FEAPER, FUNDOVITIS, FREE, PROCRED, FUNTERRA, FUNAFIR, FOMENTAR, FUNAMEP e Pró-Produtividade – e recebeu a transferência da maior parte da carteira de operações de longo prazo do BANRISUL, no total de 10.600 contratos, em um montante de R\$ 550 milhões (www.caixars.com.br).

Segundo Gutiérrez (2006), os casos exitosos de criação de agências estaduais de fomento, entre os quais se encontra o Rio Grande do Sul, estão relacionados à permanência de bancos públicos estaduais. Os dois tipos de instituições realizam ações complementares, e as agências de fomento se beneficiam da rede bancária já instalada no interior do Estado para operacionalizar seus programas. No caso da CaixaRS, além dos contratos de longo prazo, a Agência beneficiou-se do próprio quadro de funcionários do BANRISUL e da extinta Caixa Econômica, que foram realocados.

Quanto à estrutura recente do sistema financeiro gaúcho, Hingel (2010) destaca que a rede bancária existente no Estado é adequada, dado o volume de negócios gerados e seu desempenho econômico. Para qualquer instituição financeira nacional, estar instalada no Estado é uma prioridade nas suas estratégias corporativas e de crescimento.

Com relação à participação das instituições financeiras instaladas no Rio Grande do Sul, o BANRISUL possui um *market share* de 20%, representando a maior parcela de mercado do setor financeiro. A seguir encontram-se o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e SICREDI. De toda a rede bancária instalada no Estado, duas instituições são de origem gaúcha: o BANRISUL e o SICREDI. Essas instituições apresentam algumas especificidades quanto à natureza e mercado de atuação. Neste texto, faz-se uma análise do desempenho recente do BANRISUL, dado que o objeto central do estudo é analisar as especificidades de uma instituição financeira pública e sua potencialidade na promoção de políticas públicas.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul desenvolve iniciativas na área do crédito em diversas modalidades, que vão do curto ao longo prazo, de produtiva à de consumo, de operacional à de fomento e desenvolvimento, entre outras.

O BANRISUL, além das atividades de banco comercial, atua com as seguintes empresas subsidiárias:

- BANRISUL S.A. Administradora de Consórcios – Empresa do Grupo BANRISUL que administra consórcios para aquisição de imóveis, automóveis e motocicletas. A partir de 2003, houve grande crescimento da BANRISUL Consórcios, que oferece diversas modalidades de cartas de crédito e taxas administrativas acessíveis. As cartas de crédito são reajustadas de acordo com a Tabela FIPE, no caso de automóveis e motos e, no consórcio de imóveis, através do Índice Nacional de Construção Civil (INCC), de acordo com a Fundação Getúlio Vargas.

Encerrou o mês de setembro de 2009 com 19,9 mil cotas ativas e volume de crédito de R\$ 470 milhões. De janeiro a setembro de 2009, ocorreram 2,9 mil contemplações, com distribuição de R\$ 56,7 milhões na economia para aquisição de bens. O lucro líquido do período atingiu R\$ 8,3 milhões, 11,1% maior do que o registrado nos primeiros nove meses do ano anterior.

- BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio – Empresa do grupo BANRISUL que opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo e futuro. Dispõe de estrutura operacional localizada no edifício-sede do BANRISUL, com loja para atendimento aos clientes, plenário – espaço com monitores diretamente ligados à BOVESPA, onde os clientes podem acompanhar as cotações do mercado de renda variável para tomada de decisões de compra e venda, e mesa de operações.

Realiza, ainda, a administração de recursos de terceiros, em carteiras individuais ou coletivas, através de Fundos e Clubes de Investimentos, e também está autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a coordenar a emissão de debêntures no mercado de capitais e intermediar a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

A empresa intermediou R\$ 691,1 milhões no mercado de renda variável de janeiro a setembro de 2009. As operações efetuadas via *Home Broker* somaram R\$ 502,5 milhões, o que representa 72,7% do total de operações. O lucro líquido no período totalizou R\$ 4,4 milhões.

- BANRISUL Armazéns Gerais S.A. – As atividades da BANRISUL Armazéns Gerais envolvem o armazenamento e movimentação de mercadorias nacionais e emissão de títulos especiais, além de funcionar como Entreponto Aduaneiro de Importação e Exportação, podendo instalar e operar o regime especial de Depósito Alfandegado Público, sendo permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias.

Tem sede em Canoas, no entroncamento BR-116 e BR-386, Região Metropolitana de Porto Alegre, próximo ao Vale do Rio dos Sinos e Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí. A empresa ampliou a capacidade de armazenagem e movimentação, no Porto Seco, com a expansão de área coberta de 2985,65 m². O lucro líquido alcançou a cifra de R\$ 1,2 milhão no período de janeiro a setembro de 2009.

- BANRISUL Serviços Ltda. – Empresa do Grupo BANRISUL, especializada na gestão de um amplo portfólio de produtos que servem como meios de pagamento de benefícios e serviços. Fazem parte desse portfólio os cartões e serviços: Alimentação, Refeição, Benefício, Presente, Combustível, Sistema de Manutenção de Frota e Tiquete.

É administradora da marca Refeisul, que opera nos segmentos de tíquete, desde 1996; cartão-alimentação, desde 2003; cartões Presente, Refeição, Combustível e a Linha *Private Label*, desde 2005; e, cartão benefício, lançado em 2008. A Refeisul atende mais de 4 mil clientes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Diariamente, mais de 240 mil usuários utilizam os serviços Refeisul, através de uma rede de cerca de 45 mil pontos credenciados. Além disso, mais de 2.900 postos de combustíveis são credenciados no Estado e em Santa Catarina e, em breve, no Paraná.

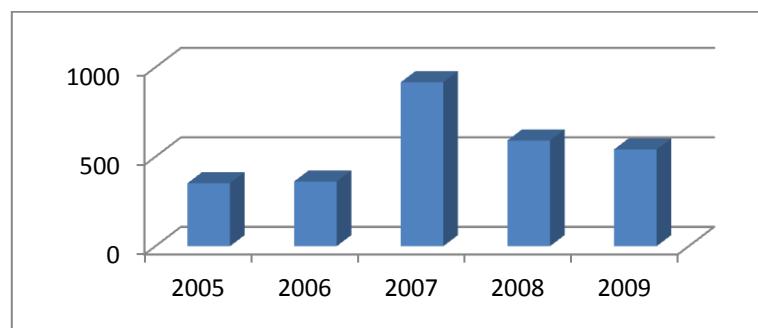
O BANRISUL, com as subsidiárias, vem apresentando, nos últimos anos, um bom desempenho financeiro. De acordo com Hingel (2010), para se ter uma boa noção da relação risco-retorno dos bancos no Brasil, é importante analisar a rentabilidade do ativo (Lucro Líquido/Ativo) dessas instituições. Esse indicador dificilmente chega a 3% no País. Dois grandes riscos do setor bancário brasileiro são o descasamento de prazos e o efeito que isso provoca na liquidez dessas instituições. Os bancos captam dinheiro a curto prazo e o aplicam a longo prazo.

Com relação ao desempenho financeiro nos últimos anos, o BANRISUL atingiu, no exercício de 2007, lucro líquido de R\$ 916,4 milhões, com crescimento de 153,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado, principalmente, pelo bom desempenho das operações de crédito, pelo crescimento do volume dos títulos e valores mobiliários e pela ativação de créditos tributários, no valor líquido de R\$ 508,6 milhões. Além disso, contribuíram para a formação do resultado o menor custo de captação no mercado, em decorrência da redução da taxa SELIC, e a menor necessidade de alocação de recursos em despesas com provisões para perdas com operações de crédito, devido à melhora do nível de risco na classificação da carteira de crédito do Banco.

No ano de 2008, o lucro líquido somou R\$ 590,9 milhões. Em 2007 e 2008, houve contabilizações de Créditos Tributários no valor de R\$ 528,5 milhões e de R\$ 86,2 milhões, respectivamente. Ajustando-se o lucro líquido aos eventos não recorrentes, para esses períodos, o BANRISUL obteve Resultado Líquido Consolidado de R\$ 504,7 milhões em 2008, 30,1% acima dos R\$ 387,9 milhões acumulados no ano anterior.

O lucro líquido do BANRISUL, acumulado em 2009, foi de R\$ 541,1 milhões, 7,2% maior do que o resultado verificado em 2008. O desempenho positivo ocorreu, em grande parte, devido ao aumento das linhas de crédito. No primeiro semestre de 2010, o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 305,0 milhões. Esse resultado, quando comparado com o mesmo período de 2009, revela um crescimento de 44,7% (BANRISUL, 2009). O significativo crescimento verificado no primeiro semestre de 2010 é decorrente, principalmente, do aumento das receitas de crédito, da redução de despesas operacionais e da manutenção das despesas com pessoal. A evolução do resultado do lucro líquido encontra-se no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Lucro Líquido (R\$ milhões)

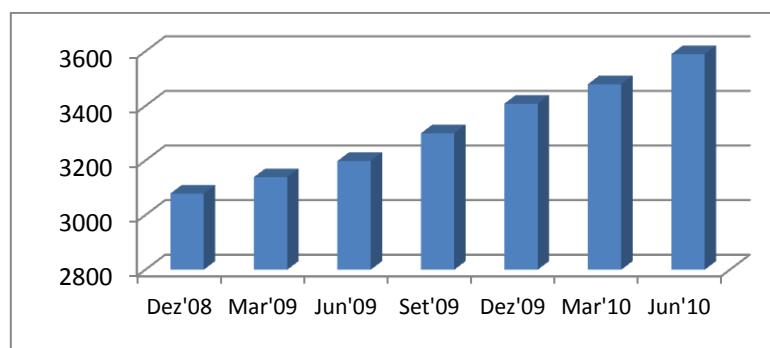


Fonte: Relatório de Demonstrações Financeiras, BANRISUL, 2007, 2008, 2009, 2010

* O resultado de 2007 foi positivamente afetado pelo evento não-recorrente da ativação de créditos tributários, no valor líquido de R\$ 508,6 milhões.

Com relação ao patrimônio líquido, o BANRISUL, em 2009, apresentou um resultado de R\$ 3.408,5 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,7% nesse ano. O desempenho no primeiro semestre de 2010 foi de R\$ 3.590,1 milhões (BANRISUL, 2009). Esse crescimento é verificado no gráfico a seguir.

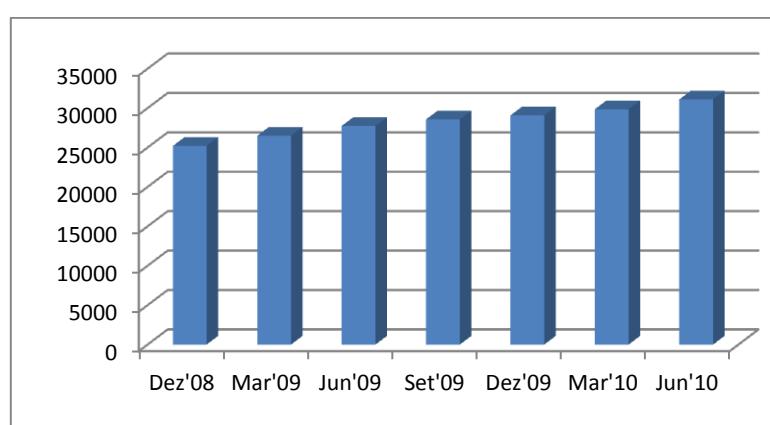
Gráfico 2 - Patrimônio Líquido (R\$ milhões)



Fonte: Relatório de Demonstrações Financeiras, BANRISUL, 2007, 2008, 2009, 2010.

O desempenho dos ativos totais, em 2009, atingiu um saldo de R\$ 29.084,1 milhões. O incremento no período foi de 15,4%, comparado ao ano anterior, 2008. Esse crescimento é decorrente da expansão da captação de depósitos e do incremento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais, basicamente. Em 2010, no período de janeiro a junho, os ativos totais apresentaram um crescimento de 12,1%, quando comparado com igual período de 2009. O gráfico abaixo apresenta esse desempenho positivo.

Gráfico 3 - Ativo Total (R\$ milhões)



Fonte: Relatório de Demonstrações Financeiras, BANRISUL, 2007, 2008, 2009, 2010.

O bom desempenho apresentado pelo BANRISUL é resultante, além das variáveis externas, conjunturais, da forma de atuação da instituição nas atividades que compõem o sistema financeiro. Nesse sentido, Hingel

(2010) destaca: “o BANRISUL nunca vai ser um banco preponderante agrícola, nem voltado à exportação”. É necessário pulverizar os riscos, reduzindo o grau de incerteza, atuando em diferentes segmentos do mercado. Essa diversificação das áreas de atuação é um dos pontos fortes do BANRISUL. Outro ponto de destaque é sua forte atuação na captação de recursos em poupança. Esse fato é muito positivo, pois a instituição, dessa forma, possui solidez para lastrear o crédito imobiliário. As taxas aplicadas pelo Banco são muito competitivas, quando comparadas com outras instituições financeiras como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal.

A diversificação das atividades do BANRISUL, a solidez da *performance* financeira dos últimos anos e sua natureza de banco público são atributos que diferenciam a instituição na promoção de políticas públicas, tanto na área social como na econômica. A atuação do BANRISUL em políticas indutoras do desenvolvimento econômico e social e sua vinculação com os objetivos da política e planejamento governamental resulta em um importante diferencial entre um banco privado e um banco público. Como exemplo de promoção de política social, destaca-se a linha de crédito “Professor Digital”, com crédito pré-aprovado para aquisição de *notebook* e *softwares* em português (Windows, Linux, Office, BrOffice e um pacote de *softwares* educacionais). O programa é direcionado para docentes do magistério público estadual ou municipal, ativos e inativos, servidores de escolas da rede pública estadual de ensino, ou professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). O BANRISUL oferece, nesse caso, parcelas reduzidas, prazo alongado e débito das parcelas na folha de pagamento. Os encargos são equalizados pelo Estado ou Município.

Outra ação voltada à promoção de política pública do BANRISUL é o Programa denominado Material de Construção Emergencial. O programa consiste em empréstimo para aquisição de material de construção e/ou mão de obra, em caráter emergencial, para habitantes dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, onde for decretada, pela Defesa Civil, situação de calamidade, em função de fenômenos da natureza – inundações, chuvas, granizo, vendavais, etc. O Programa, com taxas reduzidas, é destinado, exclusivamente, a pessoas físicas com moradias danificadas, residentes nos municípios relacionados pela Defesa Civil que estejam em situação de calamidade pública.

Os programas sociais, implantados pelo BANRISUL, descritos acima, são importantes exemplos de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social. O fato de a instituição BANRISUL ser de natureza pública gera melhores oportunidades para a implantação/criação de políticas públicas direcionadas a amenizar problemas econômicos e sociais específicos do Rio Grande do Sul.

Como políticas potenciais a serem desenvolvidas pelo BANRISUL, destaca-se que o Banco dispõe de meios para implementar um programa habitacional de grandes proporções, podendo financiar a habitação popular mediante parceria com o Governo. A operação funcionaria através da disponibilização dos recursos pelo Banco e o aporte de contrapartida financeira pelo Estado para equalizar a taxa de juros, subvencionando os mutuários e tornando a operação rentável para o Banco. Ações de ampliação do crédito imobiliário são muito importantes, tanto para diminuir o déficit habitacional como também para aquecer o mercado, ativando processos econômicos ligados ao setor imobiliário e incrementando a arrecadação de ICMS.

Considerações Finais

Um dos fatores de maior importância de ter-se mantido um sistema financeiro público estadual reside na possibilidade de utilizá-lo para o financiamento de políticas públicas. Existem inúmeras possibilidades de atuação na área de políticas sociais e de desenvolvimento sem que haja comprometimento da solidez financeira do sistema, de fundamental importância para assegurar a credibilidade da instituição na captação de recursos dos investidores. Entre as possibilidades de financiamento, citam-se parceria com o Governo para a equalização de taxas de juros para segmentos específicos de crédito e a criação de fundos, administrados pelos bancos públicos.

Como o Estado possui papel de agente indutor no processo de desenvolvimento econômico e social, as ações governamentais planejadas e implementadas de forma articulada com outros agentes, tanto públicos como privados, são importantes instrumentos para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento. O bom desempenho de programas e políticas públicas depende, em grande parte, da

capacidade dos agentes desenvolverem ações focadas nas especificidades locais. O BANRISUL, como verificado neste estudo, pode contribuir, ainda mais, para dinamizar o processo de desenvolvimento do Estado.

REFERÊNCIAS

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Demonstrações Financeiras. **Relatórios Técnicos 2007, 2008, 2009 e 2010.** Disponível em: <www.banrisul.com.br>.

GUTIÉRREZ, Cláudio Tito. **A Reestruturação dos Bancos Estaduais Pós-PROES:** análise do caso BANRISUL. Rio de Janeiro: UFF. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2006.

HINGEL, Ricardo Richiniti. Situação e especificidades do setor financeiro gaúcho na comparação com outros estados. In: *WORKSHOPS SETORIAIS*, Porto Alegre, Secretaria do Planejamento e Gestão, 2010.

PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, Maria Beatriz. Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, 2000.

PUGA, Fernando Pimentel. Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade cambial. **Textos para Discussão BNDES**, Rio de Janeiro, 1999.